

RELATO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO
FEDERAL CATARINENSE

RELATO INSTITUCIONAL

BLUMENAU
NOVEMBRO/2014

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

Reitor

Francisco José Montório Sobral

Pró-reitor de Administração

Mauricio Lehmann

Pró-reitora de Ensino

Josete Mara Stahelin Pereira

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Romano Roberto Valicheski

Pró-reitor de Extensão

José Carlos Brancher

Pró-reitor de Desenvolvimento Humano e Social

Neri Jorge Golynski

Diretoria de Desenvolvimento Institucional

Rodrigo Boeing Althoff

Diretoria de Gestão de Pessoas

Joseane Evaldt Corrêa Teixeira

Diretoria de Tecnologia da Informação

Vander Vigolo

Câmpus Avançado Abelardo Luz

Diretor: César Antônio Schneider

Câmpus Araquari

Diretor-geral: Jonas Cunha Espíndola

Câmpus Blumenau

Diretor-geral *pro tempore*: Paulo César Rodacki Gomes

Câmpus Brusque

Diretor-geral *pro tempore*: Antônio Alir Dias Raitani Junior

Câmpus Camboriú

Diretor-geral: Rogério Luis Kerber

Câmpus Concórdia

Diretor-geral: Jolcemar Ferro

Câmpus Fraiburgo

Diretor-geral *pro tempore*: Fábio José Rodrigues Pinheiro

Câmpus Ibirama

Diretor-geral *pro tempore*: Fernando José Taques

Câmpus Luzerna

Diretor-geral *pro tempore*: Eduardo Butzen

Câmpus Rio do Sul

Diretor-geral: Oscar Emilio Ludtke Harthmann

Câmpus Santa Rosa do Sul

Diretor-geral: Carlos Antônio Krause

Câmpus São Bento do Sul

Diretor-geral *pro tempore*: Robert Lenocho

Câmpus São Francisco do Sul

Diretor-geral *pro tempore*: Amir Taulle

Câmpus Avançado Sombrio

Diretor: Anderson Sartori

Câmpus Videira

Diretora-geral *pro tempore*: Rosângela Aguiar Adam

Comissão Própria de Avaliação - CPA

Câmpus Araquari

(Presidente) Nelson Zang (*in memoriam*)

Câmpus Luzerna

(Vice-presidente) Paulo Roberto da Silva

Câmpus Blumenau

(Secretário) Mateus Moraes Bueno

Câmpus Camboriú

Andressa Grazielle Brandt

Câmpus Concórdia

Daniel Farias Mega

Câmpus Ibirama

Ana Silvia de Lima Vielmo Rodrigues

Câmpus Rio do Sul

Fabio Alexandrini

Câmpus Santa Rosa do Sul

Cristiano Antonio Pochmann

Câmpus Sombrio

Eddy Ervin Eltermann

Câmpus São Francisco do Sul

Jose Guterres Carminatti

Câmpus Videira

Nelio Henrique Nicoleti

APRESENTAÇÃO

O presente relatório institucional tem sua criação fruto da exigência da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N° 62, que objetiva ser uma ferramenta para acompanhamento e verificação do posicionamento da instituição frente aos resultados de avaliação interna e externa.

I. Histórico da IES

O Instituto Federal Catarinense (IFC), que integra a Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, foi instituído pela Lei 11892/08, tendo como objetivo se estender a todos os estados brasileiros, promovendo educação profissional, desde a formação inicial e continuada (FIC) até a formação em nível de pós-graduação *Strictu Sensu* (mestrado e doutorado).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), com sede (Reitoria) no município de Blumenau/SC, nasceu da união entre as Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio juntamente com os Colégios Agrícolas de Camboriú e Araquari, até então vinculados a Universidade Federal de Santa Catarina.

Logo da sua criação essa instituição experimentou um rápido crescimento, estimulado pelo programa de Expansão Federal. Atualmente conta com 15 campi distribuídos no Estado e a Reitoria localizada em Blumenau, sendo composto pelos campi Araquari, Abelardo Luz, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira. Possui atuação em diversos segmentos de acordo com os arranjos produtivos locais e potencialidades regionais abrangendo em seus cursos desde as áreas Eletrometalmecânica e Indústria Química até Turismo e Agropecuária.

O Instituto Federal Catarinense, conta atualmente com 1380 servidores (técnicos-administrativos e docentes) e com cerca de 9200 estudantes em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), Certific, Mulheres Mil, Pronatec, Proeja, EAD, Técnico, Graduação e Pós-graduação. Da totalidade de servidores, temos cerca de 45% servidores técnicos administrativos e 55% se distribuem entre docentes efetivos, temporário e substitutos.

II. Conceitos obtidos em avaliações externas

Durante o ano de 2014 foram avaliados, pelo INEP, 17 cursos cuja síntese crítica é apresentada abaixo.

Avaliação número		1	2	3	4	5	6	7	8	9	média
1	Organização didático-pedagógica	3,27	2,93	3,13	2,93	3,13	4,13	3,80	4,60	4,13	3,62
2	Corpo Docente	4,09	4,64	4,00	3,82	4,18	4,36	4,36	4,00	4,17	4,11
3	Infraestrutura	4,50	3,80	3,53	3,50	4,22	4,40	3,60	3,45	3,55	3,66
	Final	3,95	3,79	3,56	3,42	3,85	4,30	3,92	4,02	3,95	3,80
Avaliação número . . .		10	11	12	13	14	15	16	17		média
1	Organização didático-pedagógica	4,60	3,47	3,27	3,92	3,23	3,80	3,92	3,27		3,62
2	Corpo Docente	3,91	4,08	3,33	4,18	4,55	4,42	3,58	4,18		4,11
3	Infraestrutura	3,73	3,55	3,09	3,09	3,50	3,20	3,91	3,64		3,66
	Final	4,08	3,70	3,23	3,73	3,76	3,81	3,80	3,69		3,80

Tabela 1: Conceitos obtidos de avaliações dos cursos pelo INEP em 2014

É possível perceber a partir dos dados acima uma variação importante nas avaliações realizadas, o que remete ao caráter heterogêneo da instituição em sua distribuição pelo estado. Tal

variação reflete de certa forma a exercício da autonomia administrativa que cada câmpus disfruta.

Essa questão nos traz ainda a reflexão sobre a consideração e identificação das melhores práticas presentes em cada câmpus tomando o devido cuidado em considerar as peculiaridades locais, tento em vista que alguns câmpus encontram-se em fase de implantação, característica essa que pode resultar em um conceito desfavorável considerando o desenvolvimento de ações em andamento e rotinas em implementação.

Conceito	Organização didático-pedagógica		Corpo Docente e tutorial		Infraestrutura	
1	0	0%	3	2%	7	4%
2	8	3%	17	9%	13	7%
3	116	47%	33	17%	59	32%
4	83	34%	44	23%	61	34%
5	39	16%	96	50%	42	23%
	246	100%	193	100%	182	100%
Final	3,62		4,11		3,66	

Tabela 2: Distribuição dos conceitos em torno dos três quesitos avaliados.

Na dimensão 1 “Organização didático-pedagógica” há um predomínio do conceito 3 (regular) com 47% do total. Na dimensão 2 “Corpo Docente e tutorial” há um predomínio do conceito 5 (Muito bom) e na dimensão 3 “Infraestrutura” existe uma ocorrência relativamente uniforme dos conceitos 3 (Regular) com 32%, 4 (Bom) com 34% e 5 (Muito bom) com 23%. O conceito 2 (insuficiente) ocorre com mais frequência em “Corpo Docente e tutorial” com 17 ocorrências e 13 ocorrência em “Infraestrutura”. O conceito 1 que mostra situação inaceitável ocorreu 7 vezes nas 17 avaliações na dimensão 3 “Infraestrutura”.

Nos itens específicos, dentro do detalhamento dos três quesitos avaliados, o item com a pior avaliação no IFC como um todo temos a “2.15 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica”, que obteve uma média 2,82 dentre os 17 cursos, que arredondado para cima, geraria um eventual conceito 3, situação bastante semelhante a “3.1 Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral – TI”. Na sequência temos: “1.12 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso” e “3.3 Sala de professores”, também com conceitos muitos próximos a 3. A questão 1.12 tem a ver diretamente com atividades que a CPA necessita aprimorar em termos de autoavaliação institucional e acompanhamento das ações relacionadas ao produto de seu trabalho. Esses resultados corroboram as ações de reformulação metodológica das atividades dessa comissão pela nova equipe, que entrou em exercício em 24/11/2014 que serão relatados adiante. A questão 3.3. se relaciona diretamente à questão 3.1, uma questão de infraestrutura que necessita ser clareada.

O item “1.12 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso” parece ser a questão mais crítica pois, em 17 avaliações, apenas 3 cursos obtiveram conceito 4 ou 5. Na sequência tem-se “2.15 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica” e “3.1 Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral – TI” com apenas 4 conceitos 4 e 5. A quantidade de cursos com problemas de bibliografia também preocupa, pois é uma questão fundamental em qualquer curso, fato esse que nos deve levar a uma reflexão sobre o planejamento das aquisições de bibliografia assim como a sua definição nos planos de cursos.

III. Projetos e processos de autoavaliação

Em 2011 ano da primeira avaliação da CPA, O instrumento para coleta de dados da autoavaliação foi discutido e formulado mediante diversos encontros da comissão, e se baseou no Instrumento de Avaliação de cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e cursos superiores de Tecnologia (presencial e a distância) de 2011. A primeira versão do questionário continha questões fechadas com duas variáveis, sim e não. Após discussões e análise foi então reformulado, optando-se por uma escala de respostas. Foi elaborado um único questionário, com 48 questões fechadas (pesquisa quantitativa), de múltipla escolha, com cinco alternativas, sendo que o pesquisado escolhe uma única resposta. Para tanto, o modelo utilizado foi a escala Likert (MALHOTRA, 2006), onde foram medidos os níveis de concordância ou não concordância à afirmação.

Em 2012, foi elaborado um único questionário no mesmo modelo anterior composto por apenas 11 questões fechadas (pesquisa quantitativa), de múltipla escolha, contando entretanto com seis níveis de respostas, em comparação com o questionário anterior, com a adição da alternativa "não sei responder". Foram medidos os níveis de concordância ou não concordância à afirmação. As questões foram formuladas utilizando um dos conjuntos de alternativas apresentadas a seguir:

- | | |
|----------------------|----------------------|
| 1. Sempre | 1. Excelente |
| 2. Quase sempre | 2. Muito bom |
| 3. Às vezes | 3. Bom |
| 4. Raramente | 4. Regular |
| 5. Nunca | 5. Insuficiente |
| 6. Não sei responder | 6. Não sei responder |

A estratégia de comunicação consistiu em um *banner* no site institucional, onde era apresentado um texto com explicações acerca do propósito, finalidade e importância da pesquisa, informando que os dados coletados resultariam em um relatório institucional, contendo análises críticas que poderiam subsidiar futuras decisões.

A população alvo era distribuída do seguinte modo: - Discente: aplicado o questionário em todas as turmas dos cursos de graduação; - Docente: o questionário aplicado a todos os docentes. - Técnico-administrativo: o questionário foi aplicado a todos servidores do IF Catarinense.

A mobilização e divulgação da aplicação do questionário, e importância da autoavaliação, ocorreram no mês de novembro. Foram utilizados cartazes, *folders*, internet (*e-mail* e *sítio*), informações em sala de aula, entre outras ações, sempre visando à adesão de toda a população a ser pesquisada.

Já naquele ano observou-se que o curto tempo (agravado pela greve dos servidores), a escassez de recursos e a dificuldade de realizar os encontros da CPA, prejudicaram a preparação dos materiais de divulgação e o instrumento para coleta de dados, fatos esse que foram os principais limitadores ao andamento do processo na época.

A interpretação dos dados foi realizada baseado no Teorema de Pareto (KOCH, 2005), também conhecido como princípio 80-20, que afirma que para muitos fenômenos, 80% das consequências advêm de 20% das causas. Ou seja, que 20% dos problemas são de causas vitais e 80% de causas triviais, e que ações bem organizadas para a correção dos 20% dos problemas vitais, refletem positivamente nos outros 80% diminuindo e ou até acabando com esses problemas. O ano de 2013 seguiu a mesma metodologia de 2012

O ano de 2014 no fim do mês de novembro, ocorreu a posse da nova direção da CPA, composta em sua totalidade de novos membros, sem nenhuma passagem anterior por essa comissão, com excessão de nosso saudoso presidente Nelson Zang, falecido em 09/03/2015, homem de grande experiência e conhecimento em processos de avaliação de quem devemos muito pela realização dos

trabalhos de referência 2014.

Esse novo grupo, motivado por uma série de questões fundamentais que atingiam a questão da autoavaliação e importância dos trabalhos da CPA para a instituição, fazendo uma análise crítica dos trabalhos até então desenvolvidos, e tendo em vista os resultados provenientes das avaliações de cursos feitos pelo INEP em 2014, propôs uma reformulação completa dos seus trabalhos como comissão.

Em função do fim do período letivo, a aplicação de questionário nos moldes anteriores não se mostrava como boa alternativa nem conveniente, tendo em vista que os resultados das 17 avaliações de curso do INEP em 2014 apontam possíveis falhas no processo de autoavaliação dessa instituição.

Dessa forma, em função da necessidade de repensar o processo de autoavaliação institucional com o agravante de dispormos de um tempo muito curto para tal e nos encontrarmos em pleno início de período de recesso escolar quando do início das atividades nos câmpus, foi optado utilizar as seguintes estratégias de coletas de dados, tomando como base o Caderno de Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições SINAES 2004:

Ação	Objetivo
Entrevistas semiestruturadas com responsáveis de setor.	Para levantar informações, identificar os anseios, dificuldades em relação aos trabalhos sob sua responsabilidades e pontos a melhorar.
Entrevistas semiestruturadas com membros anteriores da CPA.	Levantamento de informações com membros de comissão anteriores sobre o andamento dos trabalhos anteriormente, organização da comissão, dificuldades encontradas e desafios dos relatórios anteriores.
Análise documental (PDI, e outros)	Análise das premissas, objetivos e finalidades registradas em documentação oficial para cruzamento com informações de outras fontes.
Análise crítica de relatórios CPA anteriores	Análise dos processos de autoavaliação anteriores com o objetivo de delinear trabalhos futuros e efetuar correções de rumo para ações futuras.
Discussões acerca das questões SINAES manual 2004	Para identificar questões chave a serem avaliadas e acompanhadas em trabalhos futuros.

Tabela 3: Metodologia de transição pesquisa CPA ano de 2014.

O planejamento estratégico das autoavaliações a partir de 2015 seguirá um modelo uniforme com vistas a propiciar a possibilidade de acompanhamento da a evolução dos itens a serem avaliados com um nível maior de profundidade. O planejamento dos trabalhos se iniciará em abril e a coleta de dados a partir de maio. Planejamento da autoavaliação referência 2015 será pautada nas seguintes premissas:

- Utilização de fontes diversificadas de insumos de dados;
- Abertura para manifestação do gestor em relação aos aspectos avaliados;
- Busca de integração de dados com outras pesquisas existentes.
- Seguir um padrão em conformidade com as instruções normativas SINAES
- Efetuar proposições de correção/melhorias e efetuar o acompanhamento de seu tratamento por parte dos responsáveis.
- Fornecer informações estratégicas para postos de comando e direção e informações para a comunidade em geral.
- Acompanhar a execução das atividades propostas no planejamento estratégico da instituição.
- Possibilitar a comparação de versões futuras dos aspectos avaliados, por meio de indicadores e outras ferramentas de análise.

Passamos por um momento de reflexão em relação as ações e planejamento de nosso processo de autoavaliação. O planejamento estratégico atualmente ocorre por levantamento e análise de dados primários e secundários; e aplicação e análise de questionários com os docentes, discentes e técnicos administrativos. Pretende-se, futuramente, aplicar questionários, junto aos docentes, discentes e técnicos administrativos, por amostragem e entrevistas em setores chave da instituição, assim como os instrumentos de coleta de dados precisam ser ajustados ao novo modelo de relatório, conforme técnica 65.

IV. Divulgação e análise dos resultados de autoavaliação

Os resultados das pesquisas anteriores foram apresentados para os colegiados deliberativos e consultivos, porém percebeu-se falta de ampla divulgação de seus resultados por parte dessa comissão nos anos anteriores contrariando o próprio Regimento Interno da CPA, Art. 14 inciso VIII. As proposições levantadas através dos processo de avaliação 2011, 2012 e 2013 encontram-se dispostos na "Tabela 4: Identificação das proposições da CPA com as ações executadas pela administração", constante no item VI - Processos de Gestão.

A CPA no ano de 2014 focou seus esforços especialmente na definição de uma nova metodologia de trabalho e na análise crítica dos trabalhos anteriores. Para o ano de referência 2014, através da metodologia de obtenção de dados da tabela 3 pode-se apresentar as seguintes proposições:

- Reuniões periódicas de coordenadores setoriais
- Criar mecanismo de acompanhamento de proposições da comissão
- Criar um canal permanente para submissão de proposições pela comunidade acadêmica
- Levar ao conhecimento da comunidade acadêmica as ações de pesquisa e extensão que estão sendo realizadas a nível institucional
- Criação de um Núcleo de Inovação e Empreendedorismo
- Definir uma política de comunicação
- Reforçar ações de comunicação institucional tanto internamente como externamente
- Criar estratégias de integração entre os setores administrativo e pedagógico
- Mapeamento de processos de trabalho
- Centralizar o levantamento de informações institucionais
- Gravar as reuniões deliberativas em substituição de ata
- Investir/Ampliar áreas de convivência
- Substituição gradual de lâmpadas fluorescentes, por lâmpadas LED
- Criar política de gestão de laboratórios
- Mapear atribuições de cargos e funções
- Criar política de aquisições para acervo biblioteca

Os detalhamentos e justificativas para a apresentação dessas proposições para o ano de 2014 encontram-se justificadas e detalhadas no corpo do relatório CPA 2014. Pensa-se que antes de sugerir analiticamente aspectos a serem avaliados, as sugestões dessa comissão devem convergir para ações que visem a melhoria do próprio processo de acompanhamento institucional, tendo em vista que as atuais práticas não estão a contento. Uma reformulação nas ações de acompanhamento institucional levarão naturalmente, através de feedback oportuno, para as demais melhorias necessárias rumo a excelência institucional. Essa comissão não vislumbra a materialização das ações provenientes do planejamento estratégico sem a criação de um sistema eficaz de controle, acompanhamento e feedback dos atos administrativos.

V. Plano de melhorias a partir dos processos avaliativos

A instituição não desenvolveu um plano de melhoria relacionando unicamente as proposições da CPA em um plano de ação consolidado. Tal ação foi sugerida e será acompanhada com premência sob as demais proposições dessa comissão.

Mesmo não se tendo enumerado em documento a parte o tratamento dados as considerações feitas pela CPA nos anos anteriores, observa-se claramente a consideração de suas observações entremeio aos 38 objetivos estratégicos que ora são incorporados ao PDI. Percebeu-se durante a elaboração dos trabalhos desse período que ações provenientes de diversas demandas, problemáticas enfrentadas por essa instituição, inclusive as proposições decorrentes dos trabalhos da CPA, foram formalmente levantadas e organizadas no ano de 2013, com a elaboração do planejamento estratégico institucional.

Existem documentados, entretanto as respostas as diligências efetuadas pelo MEC no ano de 2014 contemplando as respectivas medidas saneadoras. Ao que os dados da Tabela 4 indicam, as sugestões da CPA e as avaliações institucionais induziram uma série de iniciativas a nível institucional, que foram incorporadas as ações globais construídas no planejamento estratégico da instituição, ações essas que estão consolidadas em documento oficial PDI 2014-2018. Percebe-se que muitas das proposições registradas pelas comissões aparecem sob forma de ações entremeio ao planos táticos e operacionais que objetivam a materialização dos objetivos estratégicos da instituição.

VI. Processos de gestão

O presente tópico traz para análise algumas ações provenientes do processo planejamento estratégico institucional que se encontram relacionadas com as proposições das comissões anteriores e com os resultados de avaliações externas.

A tabela abaixo traz listados os objetivos estratégicos e suas relações com as proposições da CPA, estando o número do objetivo estratégico relacionado entre parênteses. As proposições da CPA que não estão acompanhadas de parênteses não foram incorporadas as ações do planejamento estratégico, ou pelo menos não foram identificadas.

Por oportuno ressalta-se que o objetivo estratégico em alguns casos pode aparentemente não apresentar relação nenhuma com a proposição da CPA. Isso acontece por que a proposição da CPA nesse quesito específico assume apenas uma das ações a nível tático ou operacional dentro do referido objetivo estratégico. Em virtude da quantidade excessiva de ações, esses níveis foram suprimidos do presente relato. Seu detalhamento poder ser encontrado no relatório de gestão e parcialmente no relatório da CPA referência 2014.

O relacionamento das proposições da CPA anteriores com os objetivos estratégicos definidos pela administração ficam mais claros quando se observa o seu desdobramento em ações do plano tático e operacional, tendo em vista que grande parte das sugestões levantadas pela CPA possuem caráter operacional, principalmente as questões de 2011. Então uma aparente desconexão da proposição da CPA com o relacionamento do objetivo estratégico vinculado a ele deve ser analisada com cuidado.

Outra observação importante é que dentre os 38 objetivos estratégicos existentes e seus desdobramentos táticos e operacionais, foram elencados aqui apenas os objetivos que mostram relação com as proposições dessa comissão. A execução das ações não encontra-se contemplada desse relatório.

Deve-se nesse ponto fazer uma ressalva. Como as proposições efetuadas anteriormente pela CPA, traduziam-se em termos relativamente abrangentes essa situação acaba dificultando a verificação das ações propostas pela CPA. Cabe ressaltar que outras ações muito importantes foram desenvolvidas pela administração nesse sentido.

	Propostas de Ações da CPA em anos anteriores.	Objetivos Estratégicos Relacionados
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional		
8 Planejamento e Avaliação	<p>2011 - Incentivo à CPA.</p> <p>2011 - Divulgação da própria CPA e dos resultados da autoavaliação.</p> <p>2011 - Estimular a Direção do câmpus a relacionar as sugestões vindas da autoavaliação com o planejamento institucional</p> <p>2012 - Sugere-se melhorar a divulgação dos resultados e inseri-los nas pautas de discussões dos órgãos colegiados.</p> <p>2013 - Sem proposição</p>	Sem Objetivos Relacionados as Sugestões da CPA
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional		
1 Missão e Plano de Desenvolvimento	<p>2011 - Divulgação do PDI em reuniões pedagógicas e em reuniões gerais; bem como divulgação de relatório de gestão.</p> <p>2011 - Envio de mala direta por e-mail.</p> <p>2012 - Maior divulgação do PDI Maior participação da comunidade interna na construção do novo PDI em 2013.</p> <p>2013 - Elaborar novo PDI (22)</p> <p>2013 - Divulgar do PDI na página web do Câmpus, em local de destaque.</p> <p>2013 - Disponibilizar uma cópia impressa do documento para consulta na biblioteca dos Câmpus.</p> <p>2013 - Divulgar o PDI e sua importância para o crescimento institucional. Essa ação de divulgação pode ser feita na semana de recepção aos calouros, quando são passadas as informações sobre o câmpus aos novos alunos.</p> <p>2013 - Oferecer um curso de capacitação aos servidores, no qual seja apresentado o PDI e os princípios norteadores da instituição.</p>	(22) Criar política para a implantação gradativa de novos cursos
3 Responsabilidade Social da Instituição.	<p>2011 - Ampliar programas de extensão que priorizem ações socioambientais e de inclusão social. (17)</p> <p>2011 - Incentivar interação com a comunidade. (17)</p> <p>2011 - Parceria com instituições públicas e privadas. (17)</p> <p>2011 - Ações de conscientização.</p> <p>2011 - Preservação da memória das instituições (colégios agrícolas) e sua influencia sobre a comunidade. (18)</p> <p>2011 - Promover fóruns e seminários com abordagem da temática sócio-ambiental. (16)</p> <p>2011 - Possibilitar maior participação em eventos científicos direcionados à formação continuada dos técnico-administrativos e docentes. (9)</p> <p>2011 - Destinar verba para divulgação.</p> <p>2012 - Maior divulgação dos programas ofertados e dos resultados, em especial para os discentes.</p> <p>2013 - Identificar o segmento dos técnicos administrativos que estão insatisfeitos com o ambiente de trabalho para apurar as prováveis e possíveis melhorias.</p> <p>2013 - A CPA sugere o desenvolvimento coletivo de métodos e alternativas que auxiliarão a Instituição a apurar a demanda e expectativa da comunidade externa em momento prévio à oferta dos cursos e programas. (22)</p>	<p>(9) Fomentar a pesquisa aplicada e a participação em eventos</p> <p>(16) Criar política de gestão ambiental</p> <p>(17) Implantar projetos de ação social</p> <p>(18) Criar política de apoio a produção cultural</p> <p>(22) Criar política para a implantação gradativa de novos cursos</p>
Eixo 3: Políticas Acadêmicas		
2 Políticas para o Ensino, a Pesquisa, Extensão e Pós-graduação.	<p>2011 - Destinar no mínimo 2% do orçamento para pesquisa e extensão. (8)</p> <p>2011 - Promover dias-de-campo e dar maior incentivo nas mostras internas. (18)</p> <p>2011 - Ampliar a oferta de cursos FIC e pós-graduações.(22)</p> <p>2011 - Publicação dos Projetos Pedagógicos dos cursos no sítio do câmpus.</p> <p>2011 - Política de incentivo, cronograma antecipado (prazos maiores), disponibilidade dos docentes (pesquisa/hora atividade). (8)</p> <p>2011 - Divulgação interna dos grupos de pesquisa. (8)</p> <p>2011 - Critérios para efetivação nos grupos de pesquisa. (8)</p> <p>2011 - Retorno quanto a inserção grupos de pesquisa. (8)</p> <p>2011 - Mais acessibilidade aos projetos de pesquisa nos cursos (biblioteca, coordenações).</p> <p>2011 - Divulgar, no câmpus, todos os trabalhos de pesquisa e extensão e a importância destes.</p> <p>2011 - Criar um departamento de relações públicas.</p> <p>2011 - Políticas de incentivo a pesquisa. (8)</p> <p>2011 - Definição da forma de ingresso e percentuais. (8)</p> <p>2011 - Averiguar junto aos docentes quais são as insatisfações no quesito formas de ingresso aos cursos, e levantar sugestões.</p> <p>2011 - Divulgação da identidade do instituto. (20)</p> <p>2011 - Divulgação em redes sociais.</p> <p>2011 - Desenvolver atividades e convidar público externo. (18)</p> <p>2012 - Sem proposição</p> <p>2013 - Divulgar aos servidores o número de colegas em capacitação e o tipo de capacitação que estes estão realizando.</p> <p>2013 - Também é sugerida a divulgação das normas para as capacitações para que todos servidores compreendam os critérios de seleção de quais tem direito naquele momento.</p> <p>2013 - Sugerimos o desenvolvimento e aplicação de estratégias que estimulem a participação dos discentes dos cursos noturnos em projetos de pesquisa e extensão. (14)</p>	<p>(8) Criar programa de incentivo e fortalecimento de grupos de pesquisa de acordo com as áreas de atuação dos câmpus</p> <p>(18) Criar política de apoio a produção cultural</p> <p>(22) Criar política para a implantação gradativa de novos cursos</p> <p>(20) Criar política de identidade institucional</p> <p>(14) Criar mecanismos de incentivo ao ensino, pesquisa e extensão</p>

4 Comunicação com a Sociedade.	<p>2011 - Investir em sinalização junto à prefeituras (placas de trânsito).</p> <p>2011 - Ação com meios de comunicação, conscientizando comunicadores a não utilizar o termo “escola agrotécnica”.</p> <p>2011 - Criação de uma ouvidoria</p> <p>2011 - Divulgação da identidade do instituto. (20)</p> <p>2011 - Divulgação em redes sociais. (30, 31)</p> <p>2011 - Desenvolver atividades e convidar público externo.</p> <p>2011 - Incentivar interação com a comunidade. (17)</p> <p>2011 - Parceria com instituições públicas e privadas. (3)</p> <p>2011 - Ações de conscientização.</p> <p>2011 - Preservação da memória das instituições (colégios agrícolas) e sua influencia sobre a comunidade. (18)</p> <p>2011 - Destinar verba para divulgação.</p> <p>2012 - Sem proposição</p> <p>2013 - Continuidade das ações em desenvolvimento, bem como o seu fortalecimento</p>	<p>(20) Criar política de identidade institucional</p> <p>(17) Implantar projetos de ação social</p> <p>(18) Criar política de apoio a produção cultural</p> <p>(30) Instituir políticas de comunicação</p> <p>(31) Implantar e consolidar as Coordenadorias de Comunicação (CECOMs) normatizando e formando equipes com profissionais da área</p>
9 Políticas de Atendimento aos	<p>2011 - Divulgação dos programas de assistência estudantil. (1)</p> <p>2011 - Melhorar atendimento médico e psicológico aos estudantes. (1)</p> <p>2011 - Estimular o contato de ex-alunos com o IFC.</p> <p>2011 - Contato por redes sociais para divulgação de cursos FIC.</p> <p>2011 - Projetos que envolvam os egressos.</p> <p>2011 - Institucionalizar o acompanhamento de egressos. (3)</p> <p>2012 - Sugere-se que cada Câmpus identifique quais programas de auxílio ao estudante necessitam de melhorias. (1)</p> <p>2013 - Sugerimos aos gestores de cada Câmpus identificar quais programas de atendimento ao estudante necessitam de melhorias. (1)</p> <p>2013 - Apesar da avaliação favorável, sugerimos a busca constante pela melhoria do atendimento ao educando, bem como a manutenção das atividades executadas no Câmpus.</p>	<p>(1) Criar programa de assistência estudantil</p> <p>(3) Criar política de acompanhamento de egressos</p>
Eixo 4: Políticas de Gestão		
5 Políticas de Pessoal	<p>2011 - Incentivos a mestrado e doutorado a distância.</p> <p>2011 - Proporcionar condições para capacitação Strictu Sensu, institucionalizar as regras, por meio de resolução.</p> <p>2011 - Facilitar trâmite para especializações.</p> <p>2011 - Criação de cursos de pós-graduação do próprio IFC</p> <p>2011 - Criação de uma política de capacitação. (32)</p> <p>2011 - Implementar programas de capacitação. (32)</p> <p>2011 - Convênios com instituições públicas e privadas.</p> <p>2011 - Maior estruturação de servidores (quadro de pessoal). (33)</p> <p>2011 - Reformulação das normas de para incentivo a pós-graduação stricto sensu.</p> <p>2012 - Sendo assim, sugere-se aumentar a divulgação do programa de incentivo à qualificação e ao aperfeiçoamento e de suas regras.</p> <p>2013 - Realizar levantamento entre docentes e técnicos administrativos a fim de identificar os seus anseios com relação à qualificação profissional e aperfeiçoamento. (2)</p> <p>2013 - Recomendamos a divulgação das políticas de capacitação bem como torná-las acessíveis e tangíveis. (2)</p> <p>2013 - É necessário criar mecanismos de identificação dos setores que apresentam insatisfação e das possíveis melhorias nas condições de trabalho dos TAE.</p> <p>2013 - É necessário criar mecanismos de identificação dos setores que apresentam insatisfação e das possíveis melhorias nas condições de trabalho dos TAE.</p>	<p>(32) Criar políticas e programas de formação e aperfeiçoamento contínuo de servidores docentes e técnico administrativos em todos os níveis</p> <p>(33) Fazer mapeamento de competências de cargos e funções</p>
6 Organização e Gestão Institucional.	<p>2011 - Comunicar a comunidade acadêmica o nome dos membros dos conselhos e as ações realizadas por estes órgãos.</p> <p>2011 - Estabelecer funções aos integrantes, bem como divulgar cronograma para a comunidade.</p> <p>2011 - Maior retorno e participação da gestão com os segmentos.</p> <p>2011 - Disponibilizar, no câmpus, os documentos com informações dos professores, exigidas pela Comissão de Avaliadores do INEP.</p> <p>2012 - Conclui-se que há desconhecimento significativo do funcionamento dos colegiados e sugere-se que os representantes interajam com mais ênfase com seus segmentos, divulgado pautas e tomadas de decisões.</p> <p>2013 - Realização de um programa de ambientação para os servidores e discentes ingressantes e de atualização para os demais.</p> <p>2013 - Apresentação dos Regulamentos norteadores, do organograma, das atribuições e funcionamento poderiam ocorrer de periodicamente</p>	<p>Sem Objetivos Relacionados as Sugestões da CPA</p>

10 Sustentabilidade Financeira	<p>2011 - Divulgação da origem e dos gastos dos recursos recebidos do governo pela reitoria e câmpus.</p> <p>2011 - Relatórios semestrais e anuais com previsões e relatórios finais.</p> <p>2011 - Divulgação dos meios de acesso as informações relativas à aplicação dos recursos.</p> <p>2011 - Disponibilizar, no mínimo, 2% do orçamento do câmpus para a pesquisa e extensão (fomento e bolsas internas). (8)</p> <p>2011 - Programas para bolsistas.</p> <p>2012 - Sugere-se melhorar a divulgação da divisão dos recursos destinada aos cursos.</p> <p>2013 - Como sugestão, o primeiro passo é conscientizar a comunidade escolar para acesso ao Boletim de Serviços do Câmpus, bem como ao Portal da Transparência, para obtenção das informações desejadas, bem como a respeito da execução orçamentária.</p> <p>2013 - No atual cenário, os Câmpus não dispõem de estrutura de pessoal para elaboração de relatórios específicos e por este motivo que como segundo passo, sugere-se que a coordenação de cada curso, ao elaborarem a programação de investimentos, busquem ao final do processo, a situação real dos investimentos, para que possa divulgar a execução dos recursos financeiros do curso por elas coordenados.</p>	(8) Criar programa de incentivo e fortalecimento de grupos de pesquisa de acordo com as áreas de atuação dos câmpus
Eixo 5: Infraestrutura Física		
7 Infraestrutura Física	<p>2011 - Readequação dos espaços físicos. (36)</p> <p>2011 - Conclusão de obras.</p> <p>2011 - Revisão do acervo bibliográfico, condições de catalogação.</p> <p>2011 - Horário de funcionamento adequado.</p> <p>2012 - Sem proposição</p> <p>2013 - Sem proposição</p>	(36) Criar mecanismos para avaliação constante da infraestrutura mínima necessária ao bom funcionamento dos câmpus

Tabela 4: Identificação das proposições da CPA com as ações executadas pela administração.

A partir dos dados da Tabela Acima, pode-se chegar as seguintes observações:

Ano	Quantidade	Consideradas	Percentual
2011	69	31	45%
2012	6	1	17%
2013	21	6	28%

Tabela 5: Atendimento as propostas da CPA

Percebe-se que o ano de 2011 para 2012 houve uma transição de comando dentro da CPA, que culminou em uma reformulação no questionário, reduzindo de 48 para 11 questões, de cunho mais abrangente, porém superficial. Isso refletiu na redução do número de proposições. Ressalta-se sobretudo que a quantidade de proposições não é o único fator que deve ser levado em consideração, pois a qualidade das proposições feitas também deve ser analisada.

O que pode ser percebido nos anos de 2012 e 2013 é que foram reduzidas os número de questões, porém elas ganharam em abrangência, passando agora a abordar a necessidade de criação de políticas específicas, enquanto as questões de 2011 estavam mais relacionadas com a proposição de ações a nível tático em sua grande maioria. O que se quer dizer com isso é que quando se sugere por exemplo a criação de uma política de atendimento aos discentes, essa por sua vez constitui-se de inúmeros eventos de menor porte.

Em relação ao eixo 5: Organização e Gestão institucional, Dimensão 6, não se pode observar nenhuma ação nesse sentido. Os trabalhos anteriores da CPA se focaram na observância do funcionamento dos colegiados deliberativos apenas. Porém percebe-se a existência de diversos trabalhos da instituição em relação a comunicação e utilização da administração estratégica em suas ações.

Em relação ao eixo 1 percebe-se que as sugestões provenientes desse eixo são em sua prevalência de iniciativa da CPA, conforme consta em seu regimento interno. O que se enfatiza nesse ponto é que a obtenção de maior apoio da direção para o desenvolvimento das atividades da comissão passa através do reconhecimento da importância do seu trabalho, que deve ser evidenciado com a própria apresentação de subsídios para a tomada de decisões pela administração. Assim, naturalmente o apoio e o reconhecimento da importância dos trabalhos da CPA serão alcançados.

VII. Evolução institucional

Os dados apresentados acima mostram a essa comissão que é necessário repensar os a forma de desenvolvimento dos trabalhos e isso se faz em momento oportuno ao mesmo tempo que a instituição traça um caminho claro e sólido para seu futuro através da publicação do PDI 2014-2018.

Pode se observar que a comissão apresentava falhas no quesito acompanhamento especialmente quando se observa não haver um plano de melhorias específico as ações provenientes das avaliações tanto internas como externas em poder da CPA. Esse aspecto essencial para os trabalhos da CPA será incorporado na nova metodologia dos trabalhos de referência 2015.

A avaliação em si objetiva trazer amplo conhecimento da realidade institucional, e amplo conhecimento denota divulgação de suas atividades articulando a participação de toda a comunidade no processo de avaliação, assim sendo, a estratégia de comunicação dos resultados do processo de autoavaliação será repensada

Por fim, denota-se que há um grande caminho a ser percorrido rumo a excelência no quesito autoavaliação institucional, porém o vislumbre de que nosso trabalho se constituirá em importante ferramenta de acompanhamento e gestão é motivação poderosa para seguirmos adiante no aprimoramento das atuais práticas de autoavaliação.

REFERÊNCIAS

Princípio de Pareto. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Princípio_de_Pareto> Acesso em 23/03/2015.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de Marketing: Uma orientação aplicada**. 4.Ed, Porto Alegre: Bookman, 2006.

CPA. **Relatório de Autoavaliação Institucional 2011**. Disponível em: <<http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Oficial-Relat%C3%B3rio-CPA-2011.pdf>>. Acesso em 01/12/2014.

CPA. **Relatório de Autoavaliação Institucional 2012**. Disponível em: <<http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Relat%C3%B3rio-2012-v4.pdf>>. Acesso em 01/12/2014.

CPA. **Relatório de Autoavaliação Institucional 2013**. Disponível em: <<http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Oficial-Relat%C3%B3rio-CPA-2013-2-2.pdf>>. Acesso em 01/12/2014.

PDI 2009-2013. Disponível em: <<http://ifc.edu.br/>>. Acesso em 01/12/2014.

PDI 2014-2018. Disponível em: <http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2015/02/PDI-2014_2018.pdf>. Acesso em 06/03/2014.

BRASIL. MEC/CONAES. **Roteiro de autoavaliação institucional: orientações gerais**. Brasília, DF, 2004.

NT 62. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/arquivos/sic/NotaTecnica_62-2014.pdf>. Acesso em: 05/12/2014

Resolução N° 69 - Consuper/2014. Disponível em: <<http://ifc.edu.br/>>. Acesso em 01/12/2014.